

Atividades de abastecimento em Taubaté: da mesa ao comércio. Entre livres e escravos.

Luciano S. Alvarenga¹

1. Comércio, mercadorias e gentes

A impressão que toma conta de quem procura informar-se da história do Vale do Paraíba paulista no século XIX é de que a região passou a existir a partir do momento em que o café foi tomando conta de seus vales e campos. Uma região tomada de cafeeiros, pontilhada de negros escravos sob a lei de ferro de senhores escravocratas é o primeiro desenho que ganha a imaginação. Num segundo momento é a imponência de um Vale que imprime na história paulista uma civilização, a “civilização do café”. A partir disso, tudo é ou foi café, como se nada além disto tivesse existido. A história é contada de tal maneira que parece que somente com o advento da rubiácea a vida daria seu encanto e brilho a esses cantos da colônia, ou por outro lado, com o declínio do café tudo é morte.

Ampliando os contornos do que acima foi dito, o propósito desse texto é examinar as transformações comerciais e econômicas ocorridas entre o último quartel do século XVIII e os primeiros lustros do século XIX no Vale do Paraíba paulista e, Taubaté em especial, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento comercial na região tem seus principais contornos nas atividades voltadas para o mercado local/regional, acentuando aqui as atividades ligadas ao abastecimento alimentício da população.

Antes de mais nada, deve-se dizer que, Taubaté e o próprio Vale do Paraíba, caracterizou-se historicamente por um povoamento antigo e contava com uma forte concentração de população. Sua posição geográfica privilegiada ligando pontos importantes da colônia logo o inscreveram como uma das principais rotas comerciais terrestres da colônia, pondo em contato as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SCOTT, 1996: 35).

¹ Mestre em Economia pelo Departamento de Pós-Graduação em História Econômica da UNESP – Araraquara.

A virada do século XVIII para o XIX foi de grandes transformações na colônia portuguesa. Essas transformações estão principalmente ligadas a mudança da capital colonial para o Rio de Janeiro - 1763 - e a instalação da corte portuguesa nessa cidade em 1808.

Esses acontecimentos criaram necessidades e demandas que estimularam as atividades internas coloniais ligadas ao abastecimento. No caso especial do Vale do Paraíba paulista e, Taubaté em particular, o que se observa é o incremento demográfico do Município acompanhado pela dinamização crescente das atividades comerciais locais.

Pode-se ter uma dimensão das transformações em curso ao se observar na Tabela 1 que, entre 1765 e 1854, em quase cem anos, o aumento populacional no Vale do Paraíba paulista foi de quase 700%.

Tabela 1. Evolução da população no município de Taubaté e Vale do Paraíba paulista. 1765-1854

Localidade	1765	1798	1822	1836	1854
Vale do Paraíba Paulista	13.323	31.234	55.880	71.697	92.290
Taubaté	3.521	6.863	7.250	11.833	17.700

FONTE: RANGEL, *op. cit.*, tab. 2.1, p. 50; tab. 2.8, p. 61a; tab. 3.1, p. 106; tab. E3.26, p. 164; tab. E3.1, p. 363; EISENBERG, *Homens Esquecidos*. Campinas. Unicamp, 1998, p. 226; SOTO, M. C. M. *Pobreza e conflito. Taubaté, 1860-1935*. Tese de Doutorado. USP, p. 15.

O aumento da população no Vale do Paraíba paulista e em Taubaté reflete o dinamismo crescente das atividades econômicas desenvolvidas na região. Entre os noventa anos que medeiam o ano de 1765 e 1854 a população do Vale cresceu quase sete vezes enquanto a população de Taubaté aumentou cinco vezes.

Entre 1798 e 1836 a população total do Vale paulista mais que dobrou, de 31.234 pessoas para 71.697 pessoas. Em Taubaté, no mesmo interregno, o aumento populacional do Município foi proporcional ao do Vale do Paraíba paulista, saltando de 6.863 pessoas para 11.833 pessoas. A população escrava de Taubaté aumentou significativamente entre os anos de 1774 e 1835, variando de 945 cativos para 2.244, respectivamente (RANGEL, 1990: 77, 375). Isso significa um aumento de quase 240%.

É bom observar que, a massa escrava, acima mencionada, está

preponderantemente entre os pequenos proprietários de até 5 cativos que, constituíam cerca de 75% dos domicílios do município (RANGEL, 1990: 205-206).

O rápido aumento da população nos períodos mencionados dá uma idéia da potencialidade comercial das atividades desenvolvidas em Taubaté e das perspectivas promissoras dessas atividades que, diga-se de passagem, são aquelas não envolvidas, primordialmente, com o comércio de exportação.

Se tivermos como exemplo, de produção para exportação, o cultivo de cana e de café no período entre a década de 1790 até 1835, em Taubaté, perceberemos que essas atividades não são a principal atividade econômica da população naquele momento e lugar, ao contrário, estão principalmente vinculados a criação de porcos, galinhas e cultivos de víveres (PETRONE, 1968: 40-41).

A cultura da cana em Taubaté é também examinada nas pesquisas de Rangel que, inclusive, confirmam as assertivas de Petrone. Segundo esse autor, a cultura da cana no Município teve uma passagem **curta e de pouca representatividade**.² Durou de 1798 a 1805, período de maior dinâmica de sua produção. Rangel observa que, em 1805, os pequenos volumes comercializados não superaram 6.124 arrobas, que foram produzidos por 25 domicílios (RANGEL, 1990: 123). Essa quantia produzida por Taubaté era insignificante se comparada com as 21.556 arrobas produzidas por São Sebastião e Ubatuba em 1798, por exemplo (PETRONE, 1968: 152). Em 1836/37 a produção de cana do município foi ainda menor alcançando a quantia de 1.114 arrobas (MULLER, 1978: 124).

Embora o café tenha ocupado um papel muito mais expressivo que o açúcar na história do Vale do Paraíba paulista, pode-se dizer que o advento do século XIX não encontra o café como a ocupação produtiva principal da população.

² Grifo meu.

O que me interessa destacar é o fato de que, nos momentos iniciais do século XIX, o café, juntamente com a cana, não eram, ainda, os responsáveis pela movimentação comercial de Taubaté. Em 1798 a produção de café em São Paulo ainda era bastante pequena. Assim é que, em Lorena, a produção era de 70 arrobas; em Taubaté 68, Itu 40, Ubatuba 100, São Vicente 60, Cananéia 28 e Paranaguá 40, São Paulo 3, São Sebastião 26, Iguape 50, Antonina 106 e de Guaratuba 72 (RANGEL, 1990: 255). Bananal, a maior produtora de café de São Paulo em meados do dezenove, aparece em 1799 com uma pequena produção deste produto. "...na lista correspondente ao ano de 1799, consigna-se a exportação de 39 arrobas de café da vila de Lorena, sendo 9 delas produzidas na 6ª Companhia de Ordenanças, isto é, em Bananal..." (MOTTA, 1990: 49-50).

Se considerarmos que, na terceira década do século XIX, o café ainda não tinha superado o açúcar em quantidades exportadas (TAUNAY, 1945: 547-549) e que, o Vale do Paraíba paulista, principalmente Taubaté, está no prenúncio de suas grandes safras podemos dizer que, as atividades comerciais ligadas ao mercado interno - ênfase para a agricultura de alimentos - são as maiores responsáveis pelo incremento demográfico verificado em Taubaté.

Se atentarmos para aquela localidade veremos que o café, nos meados da década de 1830, pouco significava no contexto produtivo local, principalmente se tivermos como referência a década de 1850. A produção de café em Taubaté alcançou em 1836/37 um total de 23.607 arrobas, enquanto em 1854 sua produção chegou a 354.730 arrobas (MILLIET, 1938: 44).

Como pôde ser observado, a evolução demográfica de Taubaté antecede a instalação da empresa cafeeira e não está fundamentalmente ligada às atividades de exportação como cana. Ao que parece não apenas a população do Vale do Paraíba está inserida em atividades não exportadoras mas a própria Capitania/Província de São Paulo vivencia uma realidade parecida. Na virada do século XVIII para o XIX, em São Paulo, o que se

observa é o predomínio de agricultores não vinculados às atividades exportadoras. De acordo com a análise das listas nominativas paulistas feita por Fragoso, observa-se que *em 1798, 2,5% dos chefes de domicílio se declararam senhores de engenho e ou engenhocas, 8% diziam-se criadores ou criadores-lavradores e 58% apenas lavradores (a maior parte dos quais não ligados à produção açucareira). Trinta anos depois, o novo recenseamento indicava que o peso dessas categorias se mantinha, com amplo domínio dos lavradores dedicados à subsistência e/ou ao abastecimento interno. Assim, permanecia rigorosa a participação dos segmentos não exportadores da capitania, sobretudo daquelas ligadas à pecuária.* (FRAGOSO, *et.alli*, 1998: 60).

O número de localidades que ascendem à condição de vila no Vale do Paraíba paulista, na virada do século XVIII para o XIX, reforça os dados da Tabela 1 e, sugere perguntar a que estaria economicamente vinculado esse crepitar de vilas e localidades. Cunha é elevada a vila em 1785, Lorena em 1788, e Areias em 1816. Outros povoados ainda podem ser mencionados. É o caso de São José dos Campos elevada a vila em 1767, São Luiz do Paraitinga em 1773. Isso sem mencionar o surgimento de outros núcleos populacionais devido ao movimento crescente de gentes e produtos cada vez mais presentes nestas paragens. Como é o caso de Aparecida e Caçapava. *Nos Vales do Paraíba e do Paraitinga... várias povoações se formaram, ampliando-se consideravelmente nessas zonas a rede de comunidades com características urbanas: Santa Isabel, Santa Branca, Cachoeira, Silveiras, Cruzeiro, Queluz... São José do Barreiro e Bananal* (BRUNO, 1966: 84-106).

O Vale do Paraíba paulista vivia nesse momento grande euforia comercial, com circulação constante de mercadorias atendendo a uma demanda que se expandia à medida que a própria população também crescia. O aumento crescente da população acompanhado pelo incremento urbano fazia desenvolver todo tipo de prestação de serviços e pessoas envolvidas com os mais variados tipos de comércio, inclusive aquelas ligadas ao abastecimento.

As tropas cargueiras sempre de passagem pelo Vale contribuíram

para intensificar as redes de relações comerciais. Assim: *Desenvolvimento acentuado tiveram na época ainda - para atender ao movimento cada vez maior das tropas cargueiras - as indústrias de curtume, de cangalhas, de selas e de arreios, como também a atividade dos ferradores. Essas indústrias tôdas se localizavam principalmente na zona da Cachoeira-Lorena (no Vale do Paraíba), em Jundiaí (no Oeste) e em Sorocaba (no Sul)* (BRUNO, 1966: 120). Os primeiros lustros do dezenove são marcados por intenso fluxo de tropas bovinas para o Rio de Janeiro, especialmente, depois da instalação da Corte naquela urbe.

As significativas dimensões que esse comércio ganhou criou a necessidade de uma estrutura de suporte pelos caminhos e estradas por onde as tropas passavam. Segundo documentação consultada por Marcondes os pastos de invernada de Taubaté, Guaratinguetá e Bocaina eram utilizados, em 1821/1822, por Antonio da Silva Prado para controlar os preços da carne na praça carioca. Em carta de Antonio da Silva Prado ao capitão-mor Nuno da Silva Reis fica claro o controle e envio de gado para o Rio de Janeiro a partir de Taubaté. *Já tem passado 1.600 bois, e ainda conto com 2.000 e tantos, que não tardarão aqui, e por isso deve V.S. contar com perto de 4.000 bois de minha conta, e remessa; e os que aqui tem passado até o presente tem ido gordos, e boa fazenda por que adotei o parecer de V. S. em comprar bois por mais dito como aconteceu; sendo muito de meu agrado, e mesmo conforme V. S. me expõem, preferir sempre fazer a venda de toda a partida ainda com alguma atenção, do que em pontas divididas, e como sei que ao cuidado de V. S. fica tal disposição, não tenho mais a recomendar a V. S., certo que obrará em tudo com a costumeira atividade e só devo dizer que V. S. que no dia 7 do corrente (dezembro de 1821) já de Taubaté seguirão 200 bois de minha conta. A serem entregues a V. S., e tendo determinado que todas as semanas siga um igual número e só o deixarei de fazer com o aviso de V. S. que pelo correio vem com brevidade....* (MARCONDES, no prelo: 11).

Não é difícil supor que muito interessava aos agricultores de alimentos de Taubaté os negócios advindos da passagem de tropas pela localidade. No caso especial de Taubaté, local de invernada de tropas, os negócios envolvendo o abastecimento de bois e tropeiros - que ficavam no

Município por quanto tempo fosse necessário - interessava sobremaneira aos lavradores comerciantes.

A fabricação e comercialização da cerâmica era outra atividade importante na região. *A cerâmica popular era objeto de comércio regular, descendo pelo rio Paraíba, para Guaratinguetá, o produto fabricado no antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada (localidade situada entre Jacareí e Mogi das Cruzes), e exportando-se louça grossa, por São Sebastião, para fora da Capitania* (BRUNO, 1966: 129). Não era raro aos viajantes, a parada numa localidade qualquer, seja para se alimentar, descansar ou mesmo fazer reparos nos instrumentos de viagem. Essas paradas podiam se estender por um tempo maior do que o previsto e, desta forma, o envolver-se no cotidiano local era quase um imperativo. O viajante Saint-Hilaire em sua segunda viagem pela Província de São Paulo, no ano de 1822, observou em Taubaté “operários de diferentes profissões, várias estalagens e muitas vendas” (SAINT-HILAIRE, 1932: 158). Inclusive, embora apressado, acabou ficando mais tempo do que desejava: “Contava vencer hoje quatro ou cinco léguas; mas fui obrigado a mandar fazer uma cangalha nova e o selleiro não m’a trouxe senão às quatro horas” (SAINT-HILAIRE, 1932: 159).

Ao passar por Guaratinguetá e Campos de Inhá Moça, Saint-Hilaire também notou um intenso movimento comercial nessa Vila, que ficava na rota dos postos de venda de cerâmicas. O viajante observou então que, “...canoas descem de Mogi das Cruzes até aqui trazendo taboas, toucinho e diversas mercadorias” (SAINT-HILAIRE, 1932: 146). No caso de Campos de Inhá Moça... “Não se vê uma casa que denuncie bem estar, mas passa-se sucessivamente, diante de uma infinidade de casinhas, várias delas vendas” (SAINT-HILAIRE, 1932: 147).

Observa-se dessa maneira, que havia na região do Vale do Paraíba paulista uma intensa movimentação de pessoas e de mercadorias, que não estão preferencialmente ligadas às atividades de exportação. O incremento populacional e o desenvolvimento urbano de Taubaté, por sua vez, estimulava a atividade agrícola voltada para o comércio de alimentos. Muitos

envolvidos com outras atividades que não primordialmente a lavoura de alimentos, também dela se serviram na atividade de comerciar.

Francisco de Tal 40, Arreador de tropas que lhe rendeu em 10 viagens 100\$000 réis, vendeu sua produção de milho, feijão e arroz a 25, 8 e 10 mil réis, respectivamente. Planta para sua subsistência.³

A lavoura de alimentos além de permitir a auto-subsistência, possibilitava ingressar no mercado local/regional com um produto comercializável. Em estudo sobre as populações rurais do Alto Paraíba, Brandão observa o fato de que *houve sempre uma intensa atividade de comércio regional de excedentes, de tal sorte que, (...), a profissão de lavrador de algum modo está estreitamente ligada à atividade de negócio, e mesmo com ele o meeiro pobre completava a sua identidade de homem da terra e do trabalho* (BRANDÃO, 1995: 40).

Dentro do contexto acima delineado, vejamos como esteve inserida a produção, de milho, feijão e arroz no último quartel do século XVIII, em Taubaté.

A falta de dados sobre a produção de alimentos feita pelos pequenos produtores (leia-se os sem escravos), para o ano de 1774, me obrigou a subtrair do total, produzido nesse ano no Município de Taubaté, a quantia produzida pelos fogos com escravos exposta na tabela 2; desse resultado temos a quantia produzida nos fogos sem escravos.

Segundo Rangel, a produção total dos alimentos em 1774 foi de 24.712 alqueires. Se desse dado nós retiramos a quantia produzida pelos fogos com escravos (Tabela 2) teremos então a quantia produzida pelos fogos sem cativos. A produção total de, feijão, arroz e milho entre os fogos detentores de escravos em 1774 foi de 10.460 alqueires.

Retirando do total produzido em 1774 (24.712 alq.) a quantia de 10.460 alqueires, temos que a produção feita nos fogos sem escravos foi de 14.252 alqueires ou quase 58 % do total.

Se agregarmos à produção total dos fogos sem escravos - 14.252

³ Lista Nominativa, Taubaté, 1835, rolo 212. Arquivo do Estado de São Paulo.

alqueires - a quantia produzida entre as unidades possuidoras de até quatro cativos - 5.079 alqueires - (Tabela 2) a produção total dessas pequenas unidades produtivas chega a 78,2% de toda a produção de feijão, arroz e milho do Município de Taubaté em 1774.

Tabela. 2 - Média de produção por fogo segundo tamanho de plantel. Taubaté, 1774.

Tamanho Do plantel	Milho		Feijão		arroz		porco	
	Méd.	Prod.	Méd	Prod.	Méd.	Prod.	Méd.	Prod.
Pequeno	44	3969	10	822	8	288	12	166
Médio	60	1729	15	374	15	150	9	71
Grande	115	1605	24	308	14	140	16	131
Plantation	146	732	46	230	23	113	22	45
Total		8035		1734		691	13	413
s/ escravos	-	11.376	-	2.264	-	612	-	-
total geral⁴		19.411		3.998		1.303		-

Fonte: Banco de dados. Maurício Martins Alves.⁵ **obs:** plantel de tamanho *pequeno*, com 1 a 4 escravos; *médio*, com 5 a 9 escravos; *grande*, com 10 a 19 escravos; *plantation*, 20 ou mais escravos. As unidades de medida do feijão, arroz e milho estão em alq., e os porcos em cabeças.

A produção total de feijão em 1774 foi de 3.998 alqueires (RANGEL, 1990: 53), dos quais 1.734 alqueires (tabela.2) foram produzidos em unidades com mão-de-obra escrava. Subtraindo do total a produção realizada nos fogos com escravos, temos que, 2.264 alqueires de feijão (Tabela 2) estão sendo produzidos em unidades onde não se conta com o trabalho escravo. Isso representa na produção geral uma porcentagem de quase 57% do total; mas chega a 77% do total se juntarmos àqueles 57% a produção realizada entre os fogos com até quatro cativos. Reafirmando, assim, o vínculo das pequenas unidades agrícolas na produção de feijão em Taubaté.

A produção total de arroz, no ano de 1774 foi de 1.303 alqueires (RANGEL, 1990: 53) dos quais 46% ou, 612 alqueires (Tabela 2), foi realizada nas propriedades sem escravos. Se somarmos a essa produção a realizada nos fogos com até quatro cativos (Tabela 2), o resultado produtivo dessas unidades chega a quase 70%do total.

⁴ . Os dados referentes a produção total do ano de 1774 encontram-se em Rangel, p. 53.

⁵ A tabela 2 foi gentilmente cedidas por Maurício Martins Alves, a quem sou grato.

No caso do milho, 58% do que foi produzido no Município, em 1774 (Tabela 2), foi realizado entre os fogos sem mão-de-obra cativa. O percentual da produção de milho sobe para quase 80% se agregarmos à produção dos fogos sem escravos o que foi produzido pelas unidades produtivas de até quatro cativos.

Tendo em vista que as unidades agrícolas com até 4 cativos não podiam, em geral, prescindir da mão-de-obra familiar, temos que a maior parte da produção de gêneros básicos, em 1774, está sendo feita em unidades sem escravos ou naquelas onde se possui até quatro cativos, isto é, trata-se de pequenos agricultores.

O peso dessa agricultura de alimentos, no valor total das atividades agrícolas, pode ser melhor observado se agregarmos aos mantimentos, acima mencionados, a produção de farinha de mandioca, que somados respondem por 66,8% da produção agrícola total do Município (RANGEL, 1990: 52).

Deve-se dizer, ainda, que, o período pontuado entre 1774 e 1835 marca uma evolução da produção dos alimentos analisados em 39%. A produção de arroz, feijão e milho subiu de 24.712 alqueires para 34.359 alqueires, nos anos considerados. (ALVARENGA, 2001: 69, 97).

Tabela 3. Produção agrícola comercializada. Taubaté, 1798.

Produção	fogos	Quantidade vendida (1)	Valor réis	Participação %
Açúcar	11	491	796.893	10.9
Aguardente	51	1211	965.167	13.2
Rapadura	20	-----	232.880	3.2
Café	4	68	108.800	1.5
Algodão	74	472	379.488	5.2
Fumo	194	4173	2.687.412	36.8
Alimentos	174	-----	1.049.106	14.4
Vacuns	21	107	321.535	4.4
Cavalares	9	66	479.028	6.6
Porcos	20	147	282.975	3.9
Total	558	-----	7.303.284	100.0

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, 1798, AESP, *apud.*, Rangel, *op.cit.*, p. 112.

(1) Unidades de medida: açúcar, café, fumo, e algodão em arrobas, o aguardente em barris.

Se em 1774 a produção de alimentos já era expressiva, vinte quatro anos mais tarde, o cenário, em Taubaté, indicava a produção de gêneros para abastecimento como a segunda atividade comercial da localidade (Tabela 3).

Rangel observa que, os “alimentos haviam sido comercializados por 174 domicílios e representavam 14.4% do valor total da produção agrícola” (RANGEL, 1990: 113-114). Deve-se dizer que, essa percentagem corresponde ao segundo lugar em vendas no município, ficando atrás das vendas de fumo que alcançaram 36,8% (RANGEL, 1990: 112).

A produção de alimentos foi para muitos o meio de se ascender social e economicamente e, justamente por permitir tal ascensão é que era, por muitos, realizada. É mister afirmar que a produção de alimentos (para o mercado ou não) é a principal atividade em que esteve envolvida a população taubateense na virada do século dezoito para o dezenove e, pelo que me parece é essa atividade a maior responsável pela movimentação comercial e populacional do município no período por mim estudado.

É sem sombra de dúvidas que os agricultores voltados para o abastecimento estão incorporados num sistema mais amplo de comércio, e que fazem parte de uma estrutura de poder e reprodução da ordem social da qual não lhes é possível se desvencilhar, mas, por outro lado, que também permite sua reprodução. A sobrevivência econômica dessa população, envolvida com negócios pouco rentáveis era perfeitamente possível. E não raramente extrapolavam o universo da subsistência, incorporando-se num mundo que se não os reconhecia como membro de uma "fina estampa", os "reconhecia" pela importância que a atividade de abastecimento podia ter.

A existência da agricultura de subsistência, numa localidade marcada pelo movimento de viajantes e tropas, bem como o seu vínculo comercial com a região, em momentos diferentes da agricultura de exportação, variando entre cana e café, confere à sua estrutura produtiva uma outra conformação: a de que não é, apenas, de subsistência mas também de abastecimento. Cenário confirmado pelo fato de que, entre “1780 e 1800 pelo registro de Sorocaba, nos informa Fragoso, passariam por ano, ao redor de 10 mil mulas; para o período de 1800 a 1826, esse número foi de mais de 30 mil mulas; em tal crescimento a demanda da agro-exportação fluminense teve um peso

decisivo”. Taubaté, tendo em vista sua localização, certamente não ficou incólume a esse movimento (FRAGOSO, 1992: 113).

Todo o entorno dos caminhos que demandavam a região das Minas Gerais bem como o Rio de Janeiro se beneficiaram, de uma forma ou outra, das transformações sociais e econômicas em curso. Segundo Brandão, no período de “...passagem do café pelo Vale, as terras férteis do Alto Paraíba⁶ multiplicaram vantagens para o produtor de alimentos destinadas à venda para cidades em pouco tempo enriquecidas e povoadas, e também para fazendas cuja força de trabalho escrava requeria milho, feijão e arroz para produzir o café. Essa produção ampliada de excedentes de mesa enriqueceu moderadamente alguns fazendeiros da região, ao lado de alguns cafezais, e o trabalho escravo terá sido empregado em ambos os tipos de lavoura” (BRANDÃO, 1995: 42).

2. Nas entrelinhas da economia taubateense. Entre 1798 e 1808.

Se a virada do dezoito para o dezenove acentua a densidade demográfica de Taubaté acompanhada de representativa produção da agricultura de alimentos pelos pequenos produtores, poderemos ver que, aumenta o envolvimento dos fogos com as atividades voltadas para a produção de alimentos e criação de porcos, salientando a heterogeneidade produtiva dos domicílios.

A convivência de setores econômicos voltados para mercados diferentes, local/regional e estrangeiro parece ter tido, no período por mim estudado, espaços que não necessariamente excluía a existência um do outro (Tabela 3).

Se considerarmos que, em 1798, os fogos envolvidos com a produção de alimentos, seja para autoconsumo ou para venda (Tabelas 4 e 5), somavam o número de 515 fogos de um total de 836 (RANGEL, 1990: 393), temos que os fogos produtores de alimentos correspondem a 61,6% dos domicílios envolvidos com atividades agrícolas no município.

⁶ Região serrana entre a Serra do Mar e o Vale do Paraíba paulista.

Em 1808, os fogos envolvidos com a produção de alimentos mantiveram sua proporção na participação total dos fogos, isto é, correspondem a 61,9% do total de fogos relacionados com as atividades agrícolas. Entretanto, o número de fogos produtores de alimentos diminuiu de 515 para 319 domicílios entre os anos 1798 e 1808. Vejamos o que teria acontecido.

Além dos 457 fogos que comercializavam sua produção, em 1798, existiam, segundo Rangel, "...outros 400 (fogos) que derivavam sua principal fonte de rendimentos, também da agricultura sem, contudo, possuírem renda monetária (Tabela 4), pois nada haviam vendido (autoconsumo), segundo as declarações constantes nas Listas Nominativas" (RANGEL, 1990: 114). Esses produtores envolviam 28.8% do total dos fogos. Desses 400 fogos, 34 ou 8,5% do total possuíam escravos numa média de 3.7 escravos por fogo (Tabela 4).

Tabela. 4. Distribuição de escravos e fogos na atividade de autoconsumo.

ano	nº fogos	% no total de fogos	Eschr.	% eschr.	fogos s/ eschr.	fogos c/ eschr.	% fogos c/ eschr.	médias
1798	400	28.8	127	9.6	366	34	8.5	3.7
1803	328	23.3	221	14.0	276	52	15.9	4.3
1808	253	17.3	159	9.8	214	39	15.4	4.1
1812	503	30.5	329	19.8	437	66	13.1	5.0
1817	844	48.1	375	21.2	744	100	11.8	3.8
1822	782	47.0	351	19.7	696	86	11.0	4.1
1825	880	50.5	337	16.6	795	85	9.7	4.0
1830	1081	55.0	473	20.2	952	129	11.9	3.7
1835	494	30.8	132	6.0	448	46	9.3	2.9

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, *apud.* Rangel, *op.cit*, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

A Tabela 4 mostra a existência de 400 fogos envolvidos com atividades agrícolas (alimentos) que, segundo Rangel, são voltadas para autoconsumo. Entretanto, pela sua quantidade e pelo peso no total dos domicílios agrícolas (47,8% do total de 836) não pode ser desconsiderada.

Em primeiro lugar, havia espaço físico e econômico à reprodução de boa parcela dos produtores. Espaço que permitia, inclusive, que, em 1798, parte deles adquirisse mão-de-obra escrava (Tabela 4). Em segundo lugar, a

presença de cativos numa parcela dos fogos (subsistência) impossibilita pensá-los apenas como produtores de autoconsumo, mesmo considerando que nada tenha sido constatado como vendido.

Rangel engloba numa atividade, autoconsumo, produtores que, de alguma maneira, têm a seus serviços mão-de-obra que, em geral, é obtida por meio de compra. Independente de ser o escravo, nesse momento, de aquisição “barata”, possuía ele um preço. Para uma população em sua maioria pobre, é razoável pensar que a compra do elemento servil deva ter passado, anteriormente, pela capacidade ou possibilidade que teve essa população de ocupar um espaço no comércio local. Isso significa dizer, que produziam para seu auto-sustento, mas possivelmente, também para o comércio.

Conforme podemos depreender das tabelas 4 e 5 os fogos inseridos na agricultura comercial de alimentos em 1798, possuíam a quantia de 36 cativos; quando, é muito maior o número de escravos, 127, nos fogos voltados para o autoconsumo que, segundo Rangel, não produzem renda monetária (RANGEL, 1990: 393).

Tabela. 5. Distribuição de escravos e fogos na agricultura comercial de alimentos.

ano	nº fogos	% total de fogos	escr.	% escr.	Fogos s/ escr.	fogos c/ escr.	% fogos c/ escr.	média
1798	115	8.3	36	2.7	106	9	7.8	4.0
1803	70	5.0	57	3.6	57	13	18.6	4.4
1808	66	4.5	63	3.9	52	14	21.2	4.5
1812	51	3.1	37	2.2	43	8	15.7	4.6
1817	50	2.9	23	1.3	44	6	12.0	3.8
1822	56	3.4	39	2.2	52	4	7.1	9.8
1825	13	0.7	19	0.9	8	5	38.5	3.8
1830	13	0.7	16	0.7	11	2	15.4	0.0
1835	39	2.4	37	1.7	24	15	38.5	2.5

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, apud. Rangel, *op.cit.*, pp. 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401.

De que maneira domicílios envolvidos com atividades agrícolas e não participantes do mercado de venda (Tabela 4), segundo Rangel, chegaram a possuir o número de escravos em questão, superando o total de escravos dos domicílios produtores de alimentos para a venda? É bom lembrar que, em

1798, quase 25% dos escravos inseridos nas atividades agrícolas estavam nos fogos que produziam alimentos (Rangel, 1990: 393).

A análise mais detida dos domicílios, no período entre 1798 e 1808, e os números de posse de escravos dessas unidades ajudam a entender o envolvimento dos pequenos produtores com o mercado de venda e compreender de que forma os não possuidores de “renda monetária” eventualmente vinculavam-se ao mercado.

Percebe-se pela Tabela 4 uma queda, entre 1798 e 1808, no número de fogos envolvidos na produção de autoconsumo, de 400 para 253, respectivamente. Isso pode significar o aumento da participação desses fogos nas atividades comerciais, explicando, por sua vez, os índices de venda da agricultura comercial de alimentos em 1805, o maior do período (Tabela 6).

Tabela 6. Evolução das vendas reais da agropecuária (1) base: 1798=100

ano	Exportação (2)	Mercado interno (3)	Total	Agricultura	Pecuária	Alimentos
1798	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1801	227.3	90.7	161.3	164.5	143.1	58.2
1803	161.8	64.5	113.8	116.6	104.2	42.6
1805	297.6	105.6	201.2	203.6	195.0	68.3
1808	243.5	120.5	184.2	172.2	242.8	38.5
1810	241.4	149.9	200.2	161.6	371.0	43.0
1812	149.3	172.7	177.2	115.5	407.7	58.2
1815	162.1	253.6	236.6	123.5	648.7	54.9
1817	65.5	224.2	170.9	63.2	575.0	37.8
1820	212.7	277.9	273.9	163.5	678.0	49.5
1822	178.8	212.7	217.6	132.3	530.3	31.9
1825	495.5	165.0	311.9	320.3	358.5	33.9
1828	837.4	159.6	424.6	506.4	359.6	21.5
1830	861.8	104.4	378.6	492.2	243.7	7.9
1835	1412.6	95.7	534.6	845.5	133.4	45.2

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, *apud* Rangel, *op. cit.*, p, 117.

(1) Deflacionou-se o valor nominal da produção pelo correspondente Índice de Preços de Theil.

(2) Açúcar, café, fumo e algodão.

(3) Alimentos (farinha, milho, arroz e feijão), animais (vacuns, cavalares e porcos), aguardente e rapadura.

Por outro lado, observa-se, entre os anos 1798 e 1808, a diminuição dos fogos sem escravos, de 366 para 214, nas atividades de auto-consumo (Tabela 4). No entanto, o fato não é acompanhado de um incremento dos fogos com escravos dentro dessa atividade. Mas, ao contrário do que se

esperava, também não há aumento do número de fogos voltados para a produção de alimentos no mercado (Tabela 5), que, aliás, diminuiu de 115 e 66, entre os anos de 1798 e 1808, contrastando com os índices de venda de 1805 (Tabela 6).

O que terá acontecido, então? De que maneira, os fogos que não tinham renda monetária passaram a tê-la, posto que deixaram de ser classificados como agricultores de autoconsumo? O que explica os índices de 1805 considerando a queda no número de fogos produtores de alimentos?

Ao se observar a Tabela 6, nos anos entre 1798 e 1805, nota-se um movimento de dinamização do mercado interno. O índice de venda da pecuária varia de 100.0, em 1798, para 195.0, em 1805. O índice de venda dos alimentos varia, no mesmo período, de 100.0 para 68.3. Tendo em vista o caráter da pecuária suína taubateana, acredito, que a partir dos primeiros anos do século XIX, há um intenso envolvimento de pequenos produtores de alimentos com a criação de porcos.⁷

Tabela 7 - Evolução das vendas de porcos por domicílio, Taubaté.

ano	até 20		20 - 50		+ 50		Total	
	Nº	Q	N	Q	Nº	Q	Nº	Q
1798	19	117	1	30	-	-	20	147
1801	92	405	1	37	1	100	94	542
1803	89	335	1	30	-	-	90	365
1805	165	569	4	120	-	-	169	689
1808	160	628	7	258	2	170	169	1056
1810	132	502	9	339	4	767	145	1608
1812	219	778	12	435	8	732	239	1945
1815	243	1149	12	466	14	1386	269	3001
1817	157	881	17	702	9	1025	183	2608
1820	177	903	22	842	11	1205	210	2795
1822	162	762	16	640	11	1050	189	1682
1825	24	231	22	816	3	280	49	1347
1828	88	504	15	549	4	300	107	1483
1830	46	390	13	531	3	350	62	1271
1835	84	564	-	-	1	100	85	664

Fonte: Listas Nominativas, Taubaté, AESP, *apud*, Rangel, *op. cit.*, 139.

⁷ A questão está sendo tratada em relação aos suínos, posto que a criação de cavalares e vacuns não foi expressiva na região. Para mais informações sobre a pecuária em Taubaté cf. RANGEL, pp. 393 a 401.

Isso se deve ao fato de que a maioria esmagadora dos criadores de porcos são pequenos criadores e possuíam até 20 animais (Tabela 7), tendência em todo o período de bons negócios da pecuária suína. Em 1798, 95% do total de criadores de suínos tinham até 20 animais. Em 1808, os criadores de até 20 animais ainda são a grande maioria com 94,6% do total de criadores. Aumento no período de 742% (Tabela 7) e, são responsáveis por quase 60% dos porcos criados no Município em 1808. Certamente o comércio de porcos estava bastante promissor para esses pequenos criadores.

A razão que explica o envolvimento de pequenos produtores, e de poucos recursos, com a criação de porcos, está em boa medida, por serem esses animais mais baratos e de pequeno porte o que facilita a sua criação. Outro elemento pouco mencionado pela literatura, e que contribui para a criação desses animais é o fato de que os porcos comem qualquer coisa, ao contrário de cavalares e vacuns.

Tal situação se observa, ao considerar que os fogos, envolvidos na criação desses animais, (até 20 cabeças) sobem de 19 em 1798, para 160 em 1808 (Tabela 7). Isso aponta para o fato de que, ao contrário, do que pressupôs Rangel, esses, sem “renda monetária”, não estão assim tão destituídos como se pode pensar à primeira vista.

A evolução da pecuária suína não corresponde, por seu turno, na diminuição da produção de alimentos como bem se observa na Tabela 6 no período 1801/1808. Mas coexiste com ela, posto que é praticada, em boa parte, pelos mesmos produtores. Nesse sentido, deve-se dizer, que a diminuição nos índices de venda dos alimentos entre 1805 e 1808, possivelmente está ligada a um rearranjo da produção e o estabelecimento de novos mecanismos comerciais causados pela incorporação de um novo produto, o porco. A recuperação das vendas alimentícias, nos anos posteriores, atesta a minha assertiva.⁸

⁸ Uma realidade similar é apresentada por Monteiro. Segundo essa autora, a atividade de criar associada ao cultivo de alimentos para venda era recorrente na região de Araraquara durante boa parte do século XIX. MONTEIRO, R. C. M. *Criadores, cafeicultores, terra e*

Enfim, a dinâmica comercial e agrícola da região dá mostras de como era possível às populações de homens pobres e livres, pequenos sitiantes, arrendatários e camaradas, de se reproduzirem economicamente na sociedade de sua época. Como foi observado, este tipo social tinha no trabalho agrícola e comercial um traço de sua identidade e, diferente do apático "Jeca Tatu" de Monteiro Lobato, estava preocupado com os vínculos e relações que estabelecia nessa sociedade, posto que era o meio de abrir e criar novas oportunidades de sobreviver e trabalhar.

3. Considerações finais

Esse texto objetivou analisar as atividades produtoras de alimentos, milho, feijão, arroz e porco em Taubaté, entre os anos de 1774 e 1808, dando contornos apenas aos pequenos produtores.

Procurei mostrar, na primeira parte deste texto que, a virada de século no Vale Paraíba paulista, em especial Taubaté, assiste a uma acentuada densidade demográfica que, também, pode ser observada pelo pipocar de vilas e freguesias na região nas décadas finais do século XVIII. Mais, a "ausência" de atividades produtivas de caráter exportador, leia-se cana e café, indica o fato de que a dinâmica populacional em questão está assentada em atividades comerciais de caráter local e regional.

A análise da produção de milho, feijão e arroz, em Taubaté em 1774, evidencia o que acima foi exposto; o fato de que a os valores produtivos dos alimentos - ênfase para o caso do milho e do feijão - ocupam o primeiro e o segundo lugar no comércio local. Isso num momento em que tais produtos estão sendo cultivados em sua maior parte pelos agricultores sem escravos. Completa o caráter comercial de tais atividades, entretanto, o fato de que uma parcela dos agricultores possui mão-de-obra cativa.

Na segunda parte desse trabalho, procurei observar em que termos se comportam a atividade produtiva de alimentos na virada de século. Observa-se que, no ano 1798, existe uma predominância das atividades ligadas à

produção de alimentos, que perfazem um total de 61,6% dos domicílios envolvidos com a agricultura em Taubaté. Isso significa dizer que, entre 1774 e 1798, as atividades comerciais de alimentos são as responsáveis pela dinâmica produtiva e demográfica do município. Dinâmica produtiva e demográfica que reflete o fato de os domicílios envolvidos predominantemente com a produção de alimentos, controlarem quase 25% da mão-de-obra cativa da agricultura, donde quase 80% provém das atividades de autoconsumo.

A partir, do que acima foi dito, o que procurei fazer foi mostrar que os ditos agricultores de autoconsumo ou, de subsistência, como querem outros, estão inseridos no universo comercial local, e não podem ser compartimentados como se sua situação fosse imutável. Expus, também, que o desenvolvimento da agricultura comercial de alimentos era permeável ao desenvolvimento de outras atividades ao seu lado, como foi o caso da atividade de criar porco, desenvolvida em sua maior parte, certamente, pelos mesmos produtores da agricultura de alimentos, isto é, pequenos produtores.

4. FONTE E BIBLIOGRAFIA

4.1 . Documento primário

Lista Nominativa, Taubaté, 1835, rolo 212. Arquivo do Estado de São Paulo.

4.2. Bibliografia

ALVARENGA, L. S. *A vida no fio da enxada. Agricultura de alimentos em Taubaté. 1798-1835*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2001.

ALVES, M. M. *Caminhos da pobreza. A manutenção da diferença em Taubaté, 1680-1729*. Taubaté: Taubateana, nº18, 1999.

BRANDÃO, C. *Partilha da vida*. São Paulo: Cabral, 1995.

BRUNO. H. S. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro: 1966.

BACELLAR, C. de A. P. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1994.

CASTRO, H. M. M. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- FRAGOSO, J; FLORENTINO, M & FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira - séculos XVI-XIX*. São Paulo: Atual, 1988.
- FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. CMU/UNICAMP, 1996.
- MOTTA J.F. *Corpos escravos, vontades livres*. São Paulo: IPRE/USP, 1990
- MILLIET, S. *Roteiro do café*. São Paulo. 1938.
- MÜLLER, D. P. *Ensaio d' um quadro estatístico da Província de São Paulo. São Paulo*. Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- MÜLLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968
- RANGEL, A. de S. *Escravidão e riqueza: formação da economia cafeeira no município de Taubaté, 1765-1835*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1990.
- SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo*. Rio de Janeiro: Brasiliana, vol. V. Nacional, 1932,
- SCOTT, A. S. V. "Migração e família no Vale do Paraíba - século XVIII e XIX". in: *Anais*. XII Simpósio de história do Vale do Paraíba - Migrações no Vale do Paraíba. São José dos Campos. 13-16, jul., 1994. São José dos Campos: UNIVAP, 1996, p. 35. ver também.
- SOTO, M. C. M. *Pobreza e conflito. Taubaté, 1860-1935*. Tese de Doutoramneto. USP. S.d.
- TAUNAY, A d`E. *Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1945,